

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/2014

“Institui o programa municipal de hortas educativas e comunitárias e da outras providências”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º. Fica criado o programa Municipal de Hortas Educativas e Comunitárias.

§. 1º. As Hortas educativas deverão ser instaladas em terrenos de propriedade pública e ficarão sob a responsabilidade da superintendência Municipal de Educação.

§. 2º. As Hortas Comunitárias de verão ser instaladas em Terrenos de Propriedade Pública e ficarão sob a responsabilidade da Superintendência Municipal de Educação.

§. 3º. A distribuição e/ou comercialização de produção será feita respectivamente pelo conselho de professores, pais e alunos das escolas e pela Associação de Moradores do logradouro.

Art. 2º. As hortas de que tratam este projeto deverão receber orientações técnicas por parte do setor competente da prefeitura.

Art. 3º. Caberá a prefeitura celebrar convênios ou contratos com entidades públicas e privadas, visando a obtenção de recursos técnicos e financeiros necessários a implantação do programa.

Art. 4º. A lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento deverão destinar recursos necessários a implantação do programa que trata o presente projeto.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA:

A agricultura metropolitana, já praticada com sucesso em outros países, como Canadá diversos países da Europa, vem repercutindo efeitos positivos, e funciona como modelo a ser seguido.

No País do “em que se plantando tudo dá”, não podemos deixar de cultivar o solo adequadamente, propiciando inúmeros benefícios à população.

Conforme Barciotte, o conceito de Consumo Responsável é entendido como a capacidade de cada pessoa ou instituição, pública ou privada, escolher e/ou produzir serviços e produtos que contribuam, de forma ética e de fato, para a melhoria de vida de cada um, da sociedade e do ambiente.

A horta comunitária tem diversos benefícios, entre eles:

1. Promover a saúde da população como um todo, através de ações educativas;
2. Trabalhar de forma prazerosa aspectos ambientais e sociais;
3. Criar vínculos afetivos e solidários entre o grupo envolvido e a comunidade, além de todos estes com seu local de moradia;
4. Promover a segurança alimentar do público alvo e da comunidade local;
5. Gerar trabalho e renda, através da produção de alimento sadio (sem agrotóxicos) e de baixo custo;

Plenário Dr. Durval Nicolau, 05 de setembro de 2.014.

JOSÉ EDUARDO DOS REIS
VEREADOR - PSB